

# Empreendimento hidrelétrico e famílias ribeirinhas na Amazônia: desterritorialização e resistência à construção da hidrelétrica Belo Monte, na Volta Grande do Xingu

José Antonio Herrera  
UFPA

Nelivaldo Cardoso Santana  
UFPA

p. 250-266

revista

Geo   
USP  
espaço e tempo

Volume 20 • nº 2 (2016)

ISSN 2179-0892

## Como citar este artigo:

HERRERA, J. A.; SANTANA, N. C. Empreendimento hidrelétrico e famílias ribeirinhas na Amazônia: desterritorialização e resistência à construção da hidrelétrica Belo Monte, na Volta Grande do Xingu. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 20, n. 2, p. 250-266, mês. 2016. ISSN 2179-0892.

Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/issue/view/6465>>. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2014.84539>.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

# Empreendimento hidrelétrico e famílias ribeirinhas na Amazônia: desterritorialização e resistência à construção da hidrelétrica Belo Monte, na Volta Grande do Xingu

---

## Resumo

Neste texto, evidenciam-se dois elementos percebidos no início da pesquisa sobre o impacto do empreendimento de Belo Monte: (a) a necessidade de valorizar a história das famílias que estão sendo desterritorializadas e (b) a resistência dos movimentos sociais à construção da UHE Belo Monte. Para isso, arrolam-se fragmentos de entrevistas que permitem entender o processo vivido pelas famílias da Volta Grande do Xingu e as ações de resistência dos movimentos sociais à implantação do empreendimento. A pesquisa está em curso desde 2012 e conta com o auxílio financeiro do CNPq e da Fapespa, o que permitiu verificar a supressão dos direitos das famílias afetadas e a sobreposição dos empreendedores aos movimentos de resistência, de modo que a obra não atende adequadamente às condicionantes básicas reivindicadas pela sociedade local.

**Palavras-chave:** Amazônia. Grandes projetos. Direitos humanos. Contraditório.

---

## Hydroelectric projects and riverine families in the Amazon: deterritorialization and resistance in the face of the construction of the Belo Monte Dam in the Volta Grande area of the Xingu River

---

### Abstract

This article highlights two elements perceived at the beginning of our research on the impacts of the Belo Monte Dam: (a) the need to document the stories of the families who are being dislocated and (b) the importance of cataloging the resistance movement to the construction of the Belo Monte Dam. Thus, this article includes excerpts of interviews with families who have been impacted to aid in our understanding of the process of deterritorialization and resettlement

in the Volta Grande area of the Xingu River and considers the actions of social movements involved in the resistance of the construction of Belo Monte. Initiated in 2012, this research has the financial support of CNPq and Fapespa and has enabled us to confirm the violation of the rights of impacted families as well as obstructions to the resistance movement by those involved in the construction of Belo Monte. In conclusion, our research demonstrates that the construction of Belo Monte has moved forward without ensuring proper care for affected populations.

**Keywords:** Amazon. Large infrastructure projects. Impacted territories. Human rights. Resistance movements.

---

## Introdução

O texto é resultado preliminar da pesquisa feita entre 2012 e 2014, e o tem o objetivo de destacar dois aspectos constados durante o projeto e considerados importantes: (a) a necessidade valorizar a história das famílias que estão sendo desterritorializadas e (b) a resistência dos movimentos sociais à construção da UHE Belo Monte.

As entrevistas foram coletadas durante visitas de campo nas comunidades e nas sedes dos movimentos sócias na cidade de Altamira. Os fragmentos de narrativas destacados no texto foram selecionados por explicitarem o pertencimento ao lugar e a resistência ao empreendimento. Muito embora se tenha nos arquivos do projeto as declarações de autorização de uso de imagem e áudio, primou-se na escrita em resguardar as identidades dos colaboradores, referindo-se aos entrevistados por gênero e idade.

Para interpretação, tem-se como central a definição de desterritorialização como resultado do conflito do uso/controlado do território, principalmente na perspectiva de Santos (2000, p. 2), quem afirma que existem visões distintas entre o território apropriado como recurso por agentes hegemônicos e como abrigo, forma de garantia de sobrevivência por parte dos atores hegemonzados. É a fenomenologia por possibilitar descrever, compreender e interpretar os fenômenos que se apresentam à percepção.

Assim, concordamos com Holzer (1997), para quem pensar o homem como sujeito do meio onde vive exige refletir sobre o mundo sensível, interpretar suas experiências, ação e reação, correlação entre o indivíduo, natureza e mundo. Somam-se a essa perspectiva os estudos de base memorialista da sociologia da memória, que relacionam lembranças coletivas e mecanismos colaborativos. Segundo Halbwachs (2006), na medida em que compartilha sua vida, o homem também se lembra de forma colaborativa dos episódios.

## Território abrigo e a desterritorialização das famílias ribeirinhas

[...] a gente vai ter que sair por conta desse projeto, que dizem que é progresso, mas [...] só destrói...

Senhora, 35 anos, São Francisco Xavier

A região há tempos sofre transformações causadas pela implantação de projetos que normalmente não consideram as dinâmicas locais, os hábitos e os costumes dos sujeitos. Segundo Herrera, Miranda Neto e Moreira (2013, p. 27), “na Amazônia, [...] o humano e o meio ambiente são subsumidos pela ação das diferentes frações de capital que se aproveitam das condições e relações locais para se reproduzirem”.

Nestes termos, no momento em que as diferentes frações do capital buscam se reproduzir, são propagadas vinculações mercantis que aceleram a divisão inter-regional do trabalho, provocando na Amazônia, situação semelhante à descrita por Marx (1984, p. 295), “o regime capitalista se choca com a barreira do produtor que possui suas condições de trabalho” e, então, o capital expropria os trabalhadores e transforma seus meios de produção em condições prévias para a expansão do capital. A bem da verdade, o capitalismo amplia ao máximo o espaço econômico para realizar-se como valor que se valoriza e, com a concorrência visa segmentar o espaço em territórios econômicos de modo que as frações de capital definem as regras do jogo por meio de mecanismos políticos e econômicos (Egler, 1993, p. 155).

De acordo com Loureiro (2009, p. 43), a aliança dos governos com o grande capital ensejou incessantemente a produção e reprodução da desigualdade e da exclusão social das camadas desfavorecidas, privando muitos sujeitos dos benefícios concedidos e destituindo-os de suas terras e de seu próprio modo de vida. Em consequência desse processo, Picoli (2006, p. 43) assume que se cria na Amazônia uma nova formação de trabalhadores, “de expropriados a marginalizados, de marginalizados a explorados, de explorados a superexplorados”.

Em específico, discute-se neste texto a territorialização do capital na microrregião de Altamira em função da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Entendendo que a implantação desse grande projeto contribui (provoca) a desapropriação e a espoliação das famílias residentes na área de influencia do empreendimento.

O desrespeito aos direitos humanos, a descaracterização do sujeito do local por empreendimento hidrelétrico é registrado por pesquisadores desde a década de 1980, como fizeram Rosa, Sigaud e Mielnik (1988) ao estudar as barragens de Sobradinho e Machadinho. Sigaud (1988), por exemplo, menciona que o barramento nos rios Sobradinho e Machadinho provocou a realocação de camponeses. A junção de povoados por conta da realocação gerou a perda da identidade dos grupos atingidos. De acordo com a autora:

[...] foram suprimidos os elementos que conferiam identidade ao povo e que supunham um conjunto de relações sociais estabelecidas entre seus moradores: nome do povoado, seu Santo Patrono, as festas religiosas promovidas pelos seus moradores, a venda que frequentavam, os pasto e fonte d'água utilizados por todos, as organizações religiosas locais, as casas de farinha etc. Esses elementos que singularizavam os povoados perdem espaços nos núcleos, mesmo naqueles casos que os antigos vizinhos permanecem especialmente próximos, uma vez que as ligações existentes entre os povoados não foram preservadas e a necessária descontinuidade espacial foi suprimida (Sigaud, 1988, p. 124).

No fragmento anterior, os traços do exposto por Sigaud (1988) são percebidos na microrregião de Altamira. De modo que a sociedade sofre modificações no modo de vida ao passo em que o ambiente é degradado. Além do mais, verifica-se o estranhamento entre os diversos

interesses que estão em jogo no território, esquadrinhando espaços de conflitos, choques de culturas e de interesses pelo poder com a sobreposição de grupos econômicos exógenos em relação aos hábitos, costumes e perspectivas dos sujeitos locais.

A partir dessa constatação adotou-se para interpretação do estudo o conceito de território, destacando a contribuição de Haesbaert (2007) na qual o território é entendido pela característica multidimensional do poder, na dinâmica dos sujeitos e suas apropriações dos espaços e até mesmo, na transformação, na reestruturação territorial. Logo, tem-se no escopo do texto que o território não é apenas “o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas [...], por isso, precisa ser entendido como “território usado”, o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (Santos, 2005, p. 14).

Da mesma forma, destaca-se a importância do conceito de territorialidade e assume-se que as comunidades em áreas de influência da UHE Belo Monte sofrem mudanças de acordo com o movimento do capital, que “normalmente ignora o espaço vivido das comunidades locais e busca refuncionalizá-lo em função da acumulação capitalista” (Silva, 2007, p. 297).

Na mesma direção, Moreira e Herrera (2013, p. 1316) afirmam que as estruturas político-econômicas estabelecidas no território, microrregião de Altamira, configuram extrema heterogeneidade, assumindo que essas estão “favorecendo a apropriação e espoliação de parte da sociedade [...] especificamente as relações sociais anacrônicas mantidas e as interações impostas no território, que objetivam a expansão econômica e domínio territorial a partir de lucros facilitados”.

Notadamente, evidenciam-se duas lógicas de assimilação do território. A primeira diz respeito ao território como recurso, usado para fins de apropriação de seu valor econômico, essencialmente para geração de riquezas a partir da transformação do valor de uso em valor de troca. A segunda pauta-se no território como abrigo, garantia dos modos de vida tradicionais, a partir da relação entre o homem e a natureza, adotando práticas mais sustentadas no que diz respeito à permanência no lugar.

Nestes termos, o conflito é estabelecido entre a primeira visão, dos atores hegemônicos, havidos pela acumulação de capital e a segunda visão, dos atores hegemonzados, para os quais perder o território significa o próprio desaparecimento (Haesbaert, 2007). Com a predominância do território como recurso em função do grande empreendimento hidrelétrico, compreende-se que há a desterritorialização dos sujeitos locais, ou seja, há ruptura de suas referências na relação com a natureza e nas próprias interações sociais entre os sujeitos.

Nas margens do rio Xingu, muitas pessoas dependiam do rio para manter sua existência no local. Com o empreendimento de Belo Monte, as famílias ribeirinhas tiveram seus direitos desrespeitados, sendo obrigadas a saírem de suas terras, deixando para trás toda uma trajetória, de construção de relações afetivas com o lugar e com as pessoas que ali viviam, como foi registrado na entrevista com a Senhora (35 anos), que destaca.

Nós tínhamos o hábito de nos reunir nos fins de semanas, datas comemorativas, mas isso não está mais acontecendo [...] uma mudança total, mudança radical, sem nenhuma perspectiva para o futuro, não se pode plantar, não se pode colher, porque já foi cadastrado e agora estamos só esperando alguém chegar e dizer: “Olha, tua terra é tanto!”. E aí vamos ter que sair. Tu és obrigado a aceitar o valor que eles estão oferecendo, ou tu aceita ou vai pra justiça, e aí só Deus, né? Tem pessoas que estão nessa situação e tem pessoas que nem receberam ainda.

Na fala da Senhora (35 anos), nota-se a transformação do território, descaracterizando os espaços de sociabilidade e produção. O pertencimento é expropriado mediante a ação do externo ao lugar, conseqüentemente a afetividade entre as famílias é alterada. A partir do exposto pela Senhora, assume-se que ocorre no território o que Porto-Gonçalves (2012) destacou como mudança na organização do espaço amazônico e dessa forma a negação ou pelo menos a desvalorização das relações historicamente construídas pelas populações ribeirinhas na Amazônia.

Durante o diálogo, a entrevistada relembra:

Esses dias, eu comentava com meus irmãos lembrando a nossa história, a nossa infância aqui. Hoje, a gente lembra porque algumas coisas fazem a gente lembrar, mas quando a gente sair daqui, a gente vai esquecer disso. Quando nós perdemos nosso irmão, a vontade foi de vender tudo e ir embora daqui, mas, como ele foi sepultado aqui, a gente não quis deixar ele, e agora a gente vai ter que deixar e não é porque quer, ele vai ficar para trás, coisa que a gente não queria, ele dizia que não queria sair daqui. E existe uma história que eles vão tirar todo mundo, depois de estar todo mundo quieto no seu lugar, a gente vai ter que sair por conta desse projeto, que dizem que é progresso, que para nós, não tem nada de progresso: só destrói. A gente preservou a natureza, a mata, as tracajás, e hoje eles vêm e destroem tudo isso, para nós é muito triste.

Na fala da entrevistada, vários elementos caracterizam o lugar construído por relações materiais e imateriais, configurando o território abrigo. Mas do que isso, o fragmento permite admitir a desterritorialização das famílias que estão sendo retiradas de seu lugar de morada.

## **A supressão dos direitos das famílias ribeirinhas da Volta Grande do Xingu**

*O rio Xingu, pra mim, é um pai. É ele que me dá comida todos os dias.*

Senhor, 41 anos, São Francisco Xavier

A memória é construída por elementos em conjunto e de forma indissociável, pelas pessoas em grupo, em família ou em meio aos amigos, surgindo espontaneamente, nascendo um enredo de situações, dentro de um território, produzindo cultura. O lugar estabelece uma forte ligação com o sujeito, moldando assim a vida dos que nele vivem, ao mesmo tempo em que estes lhe acrescentam símbolos que os representam.

Como bem destacou Fiorucci (2010, p. 2) ao citar Rousso<sup>1</sup> (2000, p. 94), a memória é uma representação psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é daquele indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido em um contexto familiar, social, nacional.

Em pesquisa foi possível constar a situação mencionada por Halbwachs (2006), uma vez que os entrevistados, foram construindo suas narrativas a partir de fatos e feitos colocados no contexto social, na vivência do lugar. As diferentes formas de trabalho e a relação com o ambiente criaram imagens na memória dos que estão na iminência de deixarem as suas áreas de morada e de trabalho.

<sup>1</sup> ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. *Usos e abusos da história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 93-102.



Imagens essas que retomam o processo de chegada à Amazônia, por exemplo, a Senhora (40 anos) da comunidade Palhal, reconstruiu a trajetória de sua família até o momento de se estabelecer na terra em que hoje vive e trabalha com sua família. A Senhora (40 anos) destaca que as pessoas vinham para a região no início da década de 1970, em busca de terra para produzir e de oportunidade para trabalhar e, assim, lembra fatos do período de chegada à região.

Era diferente de agora. Quando chegamos, fomos morar no km 23, sentido Altamira-Itaituba, lá no “João Pezinho”. Logo que chegamos, ficamos acampados na Agrovila a espera de um lote de terra. O meu marido tirou lote de terra na vicinal da 10, a vida era mais tranquila e depois foi também melhorando. Tinha um porém: a terra lá não era boa. Foi quando meu marido decidiu que iríamos para o km 46, lá a terra era boa, mas nossas crianças não se deram devido os piuns.

A fala da Senhora (40 anos) revela as características, à época, do contexto histórico da região da Transamazônica e as ações e reações que os migrantes impetravam a fim de se estabelecer socialmente na região. Inserir-se socialmente significava, antes de tudo, adquirir uma porção de terra. Seguindo a interpretação de Bosi (1994, p. 44), a imagem que a Senhora (40 anos) faz de si relaciona-se com o caminho refeito pela memória ao passado, esse como mecanismo contínuo relacionando “ação e reação sobre o ambiente” social em que viveu até a chegada à terra que está sendo forçada a deixar.

Notadamente, tem-se em função das políticas desenvolvimentistas, os amazônidas coagidos dentro de um processo que mexe com seus modos de vida, alterando suas relações sociais historicamente estabelecidas. Na verdade, os grandes projetos na Amazônia marginalizam os já marginalizados, como é caso das famílias migrantes que devido aos problemas de seca ou o avanço da tecnologia em outras regiões do país buscaram no interior da Amazônia a possibilidade de reprodução social.

Em consonância com Ferreira e Maciel (2012, p. 170) ao entrevistarem moradores do rio Madeira, no Amazonas, ao aguçarem a memória dos moradores daquela região, permitiram que os mesmos colocassem em debate e clarividência “a dimensão da implementação de políticas desenvolvimentistas na Amazônia”, buscou-se durante pesquisa no rio Xingu estimular os entrevistados o uso das lembranças permitindo comparar suas próprias condições de vida, no pretérito com o presente.

Durante as entrevistas, os informantes frisaram que o lugar onde moram foi adquirido por seus pais ou quando ainda eram jovens. Dessa maneira, tudo que narram advém da lembrança ocorrida ou de estreita relação com o lugar onde moram e de onde serão desarraigados pelo projeto desenvolvimentista da usina hidrelétrica. Zumthor (1997, p. 14) afirma que o uso que se faz da memória determina “em grande parte o tipo de cultura em questão”. Se o lugar é recoberto de memória e, em certa medida, ela determina o aspecto cultural do lugar.

O lugar é mudado pela presença do externo a partir de perspectivas que descaracterizam a presença do sujeito local. As diferentes leituras do lugar, do povo e da maneira de organização social aguçam os conflitos sociais. A fala do ribeirinho, Senhor (53 anos), expressa o sentimento de como a população local se faz perceber pelo externo, “o pessoal diz que beiradeiro é preguiçoso... não, é a cultura do beiradeiro”. Verifica-se que o entrevistado compreende como o outro o interpreta e o subjuga, desrespeitando o seu modo de ser e viver.

A partir da narrativa do Senhor (53 anos) resgata-se o que Martins (2009, p. 10) explicita na sua obra “Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano”. Para o referido autor, a fronteira se constitui um cenário de intolerância, ambição e morte, os confins onde se estabelece a degradação do outro. Só a existência do outro viabiliza a existência de quem domina, tendo com isso o caráter litúrgico e sacrificial, portanto, a “fronteira do humano – lugar [...] onde se observam os conflitos e as dificuldades próprias da constituição do humano no encontro de sociedades que vivem no seu limite e no limiar da história”.

A degradação do outro, a supressão do direito, é notada também no fragmento de fala do Menino de 11 anos da comunidade São Francisco Xavier, no momento em que apresenta elementos de pertencimento e desterritorialização:

[...] Nós gostamos da nossa professora, nós gostamos da nossa escola. Aqui, nós jogamos bola, banhamos no rio [...] eram 68 alunos, agora só tem cinco alunos [...] nós vamos sentir saudade daqui, quando passamos um dia longe daqui nós choramos. [...] quando a gente sair daqui, vamos sentir saudade da professora, das brincadeiras, do nosso piloto e do rio que nos banha [...].

Nesta fala, é possível perceber a construção do lugar, mas também o sentimento de perda do mesmo, retratando a saudade antes de sair do local de morada. Processo parecido a esse – a desterritorialização – foi relatado por Magalhães (2007, p. 15) ao estudar como a hidrelétrica de Tucuruí, também no estado do Pará, desestruturou brutalmente o modo de vida da população camponesa no vale do rio Tocantins. Segundo a autora, na fase de deslocamento compulsório, marcada por indefinições, autoritarismo e embates com a Eletronorte, a situação das famílias camponesas foi tão deteriorada, que o reassentamento não mais tinha condições de retomar os modos de vidas anteriores, devido às sucessivas perdas no processo de implementação de hidrelétricas.

Situações semelhantes, descrita por Magalhães (2007), foram registradas também por Aranha-Silva (2010, p. 197) no texto “As usinas hidrelétricas e a desterritorialidade no Brasil”, no qual menciona que em regiões de construção de barragens ocorrem diversos problemas como “[...] o aumento de doenças de natureza endêmica e o comprometimento da qualidade da água nos reservatórios, e, por conseguinte afetam as atividades pesqueiras e agricultura”. Nesse caso, a balança das externalidades, impactos negativos e positivos, quase sempre tende desfavoravelmente para o sujeito local, por mais estruturados que pareçam ser os programas de compensação de implantação dessas usinas, quase sempre desconsideram os direitos dos moradores (Sujeitos) locais.

A implantação de projetos de desenvolvimento na Amazônia demonstra que eles foram elaborados fora do contexto da população local e, mais, sempre pautados na lógica de vazios demográficos, buscando noutras regiões contingentes para a ocupação do espaço amazônico. Na fala do Senhor (53 anos) constata-se o processo de migração da família até chegar ao lugar do qual está sendo desapropriado:

Na época, assim que surgiu aquele projeto do Incra de assentamento, meu pai morou [...] ele é baiano, meu pai era baiano. Morou vinte e dois anos no Paraná. Nós tivemos dois irmãos baianos, e o restante da família tudo no Paraná dos



irmãos. Somos uma família de 11 irmãos; somos hoje nove filhos e moramos divididos: uma parte mora em Uruará, a gente mudou pra Uruará, né? Meu pai veio pra Uruará, a gente teve aqui no 46 morando, pertinho de Altamira, e daí, do 46, meu pai comprou uma terra e foi morar em Uruará. Eu fiquei lá os dezessete anos e meio, fui me alistar, e foi quando eu entrei nesta região [Assurini].

O Senhor, atualmente com 53 anos, apesar de ter sua vida atrelada a comunidade ribeirinha, teve sua inserção na região mediante o projeto governamental que estimulou sua família a vir para Amazônia em busca de terra e qualidade de vida. Esse mesmo senhor tem sua vida novamente condicionada por projetos governamentais ao ser forçado a deixar o seu lugar.

Para Loureiro (2009) a intervenção da política nacional na Amazônia representa um equívoco quanto ao desenvolvimento pensado para região. A autora faz essa afirmação referindo-se às ilusões da era do desenvolvimento e na necessidade de respaldar as dinâmicas locais da Amazônia.

Os movimentos reivindicatórios pautados na lógica de valorização e respeito das dinâmicas locais, foram se organizando socialmente no território, seja por condições de permanência nos anos em que se estabeleciam projetos baseados no lema “homens sem terra para terras sem homem”, ou seja, mais recentemente na tentativa de resistir à imposição do discurso que se necessita das águas dos rios para se gerar energia elétrica.

## O contra discurso e a resistência a Belo Monte

Belo Monte não é progresso, Belo Monte é a morte...  
as famílias estão e vão morrer por conta desse projeto.  
Senhora, 53 anos, liderança do Movimento Xingu Vivo para Sempre

As manifestações de resistência à construção da usina hidrelétrica na bacia do Médio Xingu começaram ainda no início da década de 1980. Como relata uma das lideranças do Movimento Xingu Vivo para Sempre (Senhora, 57 anos), “o embrião das organizações contra o projeto de construção de hidrelétrica no Xingu ocorre com a criação do Grupo dos Atingidos pelas Barragens do Xingu – Gracox”. Esse grupo, a partir da mobilização da etnia Kaiapó, participa ativamente da organização do I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, o qual teve repercussão internacional e foi considerado o marco na luta de resistência à Belo Monte.

De acordo a liderança do movimento, a população inicialmente nada sabia sobre o projeto e foi a partir do I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu que muita informação passou a circular. Os grandes empreendimentos públicos na Amazônia, ao longo da história, foram construídos sem a participação da população, fato que passou a ser contestado pelos povos do rio Xingu. O movimento iniciado pela ação dos Kaiapó cria o ambiente para a articulação de instituições que se identificam com a causa.

A mobilização de indígenas e não indígenas com a finalidade de agregar a população local na luta por interesses comuns, torna-se uma estratégia político-social que promove entre os moradores das áreas impactadas pelo empreendimento hidrelétrico de Belo Monte

o uso do discurso institucionalizado de resistência. Pois, o interesse social provocado pela iminência de construção da usina oficializa o discurso popular frente ao Estado por meio de ações coletivas.

Por outro lado, os movimentos sociais buscaram legitimar suas ações por meio do discurso institucionalizado, na verdade o contradiscurso representa na disputa ideológica o instrumento de agregação do povo mediante a conscientização dos problemas sociais gerados pelo empreendimento. O discurso é social e historicamente estabelecido (Bakhtin, 1997, p. 23), ou seja, os discursos constituem-se dentro do tecido social onde se dão as contradições e onde ocorrem os fatos concretamente históricos. Neste sentido, destaca-se o processo de organização do movimento social e de mobilização dos grupos sociais como imperativo na elaboração do contra discurso e da resistência aos projetos hidrelétricos pensados para a Amazônia.

A constituição do contra discurso como estratégia histórica e social possibilitou aos indígenas, agricultores e ribeirinhos perceberem como o empreendimento promove a ocupação da área diretamente afetada. As pessoas lamentam o sair, porque nos lugares foram constituídas múltiplas relações (amizade, casamento, compadrio, cunhadismo etc.). As relações criadas se notam na declaração do Senhor (47 anos), morador da comunidade do Palhal.

Depois que cheguei na região, eu me casei, né? Em 1989, eu me casei, mas já tinha essa área lá no rio Xingu e me casei com ela, uma menina que eu inclusive conheci lá, vizinha [na comunidade]. Isso, lá na comunidade mesmo. Aí, eu me casei e já tô com perto de 22 anos, 23 anos casado com ela. Ela tem a minha idade e chama M. R. P, uma família bem tradicional da região, muito conhecida da nossa família e, inclusive, nessa região quase todos têm parentesco.

A declaração do Senhor (47 anos) ajuda a pensar que a lembrança do “como era” pode funcionar como elemento de afirmação, de pertencimento ao lugar, ao lembrar como conheceu a esposa (o casamento) e a comunidade onde se encontraram. O morador sente que a sua (e de outros) história como colonizador da região não é respeitada pelo governo federal no instante de construir a usina hidrelétrica.

O mesmo sentimento pode se perceber na fala da Senhora (63 anos):

Quando nós chegamos, andávamos era por água. Andávamos 9 km a pé dentro de uma vareda, mas era tranquila, era satisfeita. Agora, estrada na porta. E a dificuldade aí pra acabar isso, lá vem esse problema da barragem. Então, a gente não se sente bem, porque tem 27 anos que nós moramos lá na Assurini. A gente já tá acostumada. A gente tem as coisas lá, plantou coisas lá e tudo, e pra gente sair daquilo ali, não tem dinheiro que pague aquilo ali. Não tem mesmo. Não tem dinheiro que pague, mesmo. Pagando, pode pagar milhões e milhões.

Explicitamente a construção de resistência se faz pela memória, por lembranças de ações e até de dificuldades que os remetem, a fase pretérita como tranquila, muito embora vivessem naquele momento limitações e restrições que proporcionavam condições de abandono e descaso. Mas essas condições são externalizadas como insignificantes quando comparadas a possibilidade de deixar o lugar.

Deixar o lugar representa para as famílias ribeirinhas a perda da identidade e mais, transcreve uma situação de vulnerabilidade social e de incerteza. Pois o deixar o lugar mediante a ação imposta pelo empreendimento não possibilita aos moradores um deslocamento, uma mudança, pensada e programada, principalmente por não saberem ao certo onde serão reassentados e em que condições será feito esse reassentamento.

Um dos líderes da comunidade de Santo Antônio, Senhor (58 anos), fez um apelo em entrevista concedida, enfatizou: “estou pedindo, divulgue isso lá fora, mesmo que a gente não vá ter uma vitória aqui, mais que isso: que o mundo saiba o que está acontecendo aqui, pois a gente sai daqui pra São Paulo, e ninguém sabe o desastre que tá tendo aqui”.

Durante a conversa com o Senhor (58 anos), foi perguntado – qual sua expectativa daqui para frente, o que o senhor pretende fazer para o futuro?

Essa pergunta, sinceramente, é difícil. Hoje, eu vivo de um cacauzinho, mas eu fui fazer um levantamento, e esse cacau não dá pra sobreviver. Eu preciso de roupa, de calçado, de remédio, pagar água e pagar luz. Com a carta de crédito, eu comprei uma chácara com 49 mil e sobrou 9 mil, e não me passaram esses 9 mil. Eu não tenho muitas contas, mas essas contas não me deixam dormir [...] Eu não sei roubar, já cheguei nas pessoas às vezes, sabe? Não tenho vergonha de chegar em alguém e falar: eu tô na pior [...], não sei realmente o que vou fazer, eu já pensei em vender tudo e ir embora, mas eu não vou fazer isso, não.

A expressão principal na fala do Senhor (58 anos) é a dificuldade da população afetada em manter seus modos de vida, em um contexto deteriorado da construção democrática e cidadã. No caso da Comunidade Santo Antônio, em 2012, foram encontradas em março de apenas nove famílias resistindo, não querendo abandonar suas casas, muito embora estivesse degradante morar no local, pois o lugar servia como porto de abastecimento de água para obra, com fluxo de caminhões pipas dia e noite no interior da comunidade. Em fevereiro de 2013, apenas restavam os sinais de que o lugar já tinha sido ocupado: barracos pela metade; resto de roçado e a antiga igrejinha servindo de barracão.

Durante 2012, ao acompanhar ações coletivas que pautava a luta contra Belo Monte, inclusive um grande evento “Xingu + 23” que aconteceu na comunidade Santo Antônio. A referência feita ao “+ 23” é uma alusão à história de luta, pois naquele momento passavam vinte e três anos do primeiro evento realizado em Altamira.

Em entrevista, a liderança (53 anos) do Movimento Xingu Vivo para Sempre lembra com orgulho do encontro de 1989 que ajudou a organizar, enfatizando: “O grande encontro realizado no ano de 1989, aquele que ficou marcado pelo gesto da índia Tuíra, ao colocar o facão no rosto do diretor da Eletronorte”.

A entrevistada expõe ter sido um marco, pois o povo não estava antenado nos interesses do governo para região, foi a mobilização e participação de pessoas de diferentes categorias sociais e de vários lugares do mundo, na cidade de Altamira em fevereiro de 1989, que se fez conhecer o projeto que previa a construção de um complexo de barragens ao longo do rio Xingu. E, destaca que daquela data até hoje, entrou e saiu distintos governos, mais todos com o objetivo e discurso de barrar o rio em nossa região.

Durante as ações coletivas e em entrevistas com os moradores nas suas casas, verificou-se a importância da elaboração do contra discurso nas ações de resistência ao empreendimento. Muito embora tenha distorções e desnivelamento entre os distintos moradores, principalmente na fala dos menos engajados na luta, averiguou-se que o ideário construído coletivamente e o contra discurso, estabelecido era internalizado pelos afetados e utilizados em suas argumentações.

Durante a pesquisa, dois movimentos de resistência à Belo Monte tiveram destaque no processo de luta contra o empreendimento: o Xingu Vivo Para Sempre, movimento consolidado regionalmente, e o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), com caráter nacional.

Ficou evidenciado nas entrevistas feitas com as lideranças dos dois movimentos uma discordância central trajetória de luta. Para os membros do Xingu Vivo a região apresenta naturalmente característica de resistência, pois a própria consolidação da região se fez por reivindicações. Já o representante do MAB expõe que no processo de luta as ações deveriam ser mais eficientes e que o povo deveria estar, em sua maioria, na linha de frente do processo, promovendo ações mais contundentes.

Segundo uma das líderes do Movimento Xingu Vivo, Senhora (53 anos), o projeto hidrelétrico no rio Xingu caracteriza o desrespeito aos direitos humanos e a representação das organizações de resistência ao empreendimento, a Senhora (53 anos) expressa.

O governo brasileiro nunca respondeu uma vírgula sequer, nenhum documento, nem dos movimentos sociais, nem dos artistas, nem dos cientistas, demonstrando uma total desconsideração, numa total desconsideração da democracia, numa posição muito forte de uma ditadura velada.

A liderança menciona sobre a capacidade organizacional, chamando atenção para diferentes formas que tentaram sensibilizar o governo para não construção de Belo Monte, mas ela reconhece que o projeto se tornou uma estratégia de governo e por isso não escutam e respondem a população que reivindica, uma vez que pretender realizar a obra a qualquer custo.

Por outro lado, o Senhor (37 anos), membro do MAB, entende que a população local não participa mais ativamente em razão de inúmeros aspectos, entre eles a sociedade local não apresentar um “histórico de resistência”. Na formulação do argumento o Senhor (37 anos) destaca que o envolvimento da população na luta diante de problemas sociais dar-se de diferentes maneiras, duas delas se destacam: “um grupo que se envolve na articulação política do movimento e outro que cumpre a tarefa de elaborar e fortalecer o discurso ideológico circulante no ambiente de luta”.

Para o entrevistado, Senhor (37 anos), o problema é que essa atuação acontece apenas a partir de 2011, quando inicia-se as obras, por tanto, para ele a história de luta é muito curta, com isso encontram-se limitações graves de enfrentamento, diferente de outras regiões no país que o povo sempre esteve organizado e pautado na luta contra o desenvolvimento capitalista, não se restringindo contrário ao barramento do rio, mas sim contra uma concepção de desenvolvimento que para o entrevistado é equivocada, pois preconiza a expansão do capital em detrimento aos trabalhadores.

A liderança (Senhora 53 anos) do Movimento Xingu Vivo inicia sua narrativa fazendo referência ao fato de que a luta contra o barramento do rio Xingu existe a mais de vinte anos. E que as ações começaram quando o governo militar pensou entre as décadas de 1970 e 1980 o projeto intitulado Karararô, no qual “[...] era prevista a formação de um grande lago que inundaria todas as áreas indígenas, uma área superior a 1.200 km<sup>2</sup> [...]”.

Na época, éramos todos militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) e atuávamos no Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica e Xingu – MPS-TX que, mais tarde, na década de 1990, passou a ser chamado de Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu, e a gente contribuía com ações da Comissão de Atingidos pela Barragem no rio Xingu (Liderança, Senhora, 53 anos).

A entrevistada menciona os diferentes governos federais, destacando dois pontos importantes no período de luta: (1) as mudanças no projeto de barramento, pelas quais ele supostamente deixaria de ser um complexo para ser apenas uma hidrelétrica, ganhando o nome de Belo Monte e (2) quando o movimento existente deixa de congregiar as ideias de luta devido à chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência da República, fragilizando os argumentos dos membros de luta e resistência.

A afirmação de que o movimento foi desmobilizado durante o governo do PT, principalmente no governo Lula, corresponde ao fato de que o projeto de barramento dos rios foi transformado num projeto de governo, e foi intenso o empenho para que Belo Monte fosse iniciado, o que surpreendeu e dividiu a organização social em dois grupos: os que permaneciam na base de luta e os que acompanharam as ações do governo federal.

Ao passo que o governo federal se articulava para a implementação do empreendimento, o movimento era redesenhado, buscando maior amplitude de participação, tentando congregiar índios e não índios das diferentes categorias num coletivo de luta. E, no encontro que ocorreu entre os dias 19 e 26 de maio de 2008, o Xingu Vivo para Sempre foi legitimado como o Movimento de representação dos direitos dos povos do Xingu.

Desse momento até os dias de hoje, a luta tem se intensificado contra Belo Monte. Na fala da entrevistada, registra-se a angústia de o projeto ter sido mal instalado e a qualquer preço, “esse projeto representa a morte, foi colocado de goela abaixo, [...] eles trabalham, mentindo, ameaçando e fazendo pressão no povo” (Liderança, Senhora, 53 anos).

Quando perguntado à liderança sobre a forma de atuação do movimento contra Belo Monte, a mesma explicitou a dificuldade do movimento em trabalhar na base, com as comunidades. Primeiro porque, por uma série de razões, o movimento prefere sensibilizar pessoas de fora para participarem da luta, o que tem sido exitoso, segundo a liderança:

[...] estamos chegando nos lugares mais longes que se possa imaginar, o mundo hoje sabe o que o governo pretende fazer com nossa água e com nosso povo. Muitos têm ajudado com reivindicações e protestos, pedindo a paralisação da obra [...] Imagina que desde de atores nacionais à empresários do mundo estão fazendo algo pelos povos do Xingu (Liderança, Senhora, 53 anos).



Os argumentos apresentados pela liderança durante a entrevista evidenciam que o movimento faz a opção pela estratégia de que é necessário, atuar junto aos órgãos de justiça, pressionando o governo em âmbito nacional e apoiando as famílias em suas reivindicações nos órgãos competentes. Até porque, o trabalho com as famílias nos locais está sendo inviabilizados, sobretudo nas áreas rurais, em função de ações coercitivas por parte de pessoas que trabalham nas empresas pertencentes ao consórcio construtor, “o diálogo com as famílias tem se tornado cada vez mais difícil, eles falam assim pro povo, se vocês conversarem com o pessoal do Xingu Vivo vocês não terão nada, nem a indenização que poderiam receber”.

De acordo com a entrevista concedida, entende-se que muitos quando não estão sendo cooptados, deixam de lutar e reivindicar seus direitos em função da pressão, do medo à instabilidade, do que vai fazer? Quando e como fazer? Questões como essas, ao serem colocadas no cotidiano das famílias diretamente afetadas promovem o pânico e na dúvida buscam, normalmente, meios de não terem suas vidas prejudicadas e acabam cedendo a pressão estabelecida pelos empreendedores.

Infelizmente, o povo tem dificuldade de se organizar, de se conscientizar que o mais importante não é um momento, e sim a história de vida deles no local de trabalho. O que as pessoas indenizadas vão fazer? Com o que eles tão pagando não dá nem pra comprar uma casa direito aqui na rua (Liderança, Senhora, 53 anos).

Na conversa com a liderança, é notória a opção do Xingu Vivo por trabalhar e atuar, no sentido de expor às sociedades nacional e internacional os danos gerados e os que poderão sobrevir ao barramento total do rio, especialmente os fatos de alterar o modo de vida das famílias e degradar o meio ambiente. Nota-se que a estratégia traçada pelo movimento tem repercutido positivamente, uma vez que várias pessoas e organizações no mundo aderiram à luta contra Belo Monte, seja contribuindo com incentivo financeiro ou ações como elaboração de documentos, caminhadas etc. “O fato é que o número de pessoas que gritam não à Belo Monte tem aumentando a cada dia”, enfatiza a entrevistada.

Antes de encerrar a entrevista, fazendo uso da reificação, foi perguntado como o Movimento entendia o Desenvolvimento e como, de modo geral, Belo Monte poderia ser descrito. Surpreendentemente a resposta foi.

[...] desenvolvimento é o estado de espírito, de dignidade, da pessoa humana, que utiliza o meio onde vive para viver bem, para ser feliz e para ter responsabilidade com as futuras gerações [...] Belo Monte é a destruição da vida, é a destruição de anos e anos dessas comunidades, dessas famílias que construíram seu modelo de desenvolvimento e viviam bem, felizes. (Liderança do Movimento Xingu Vivo, ago. 2012).

Evidenciou durante entrevista que o modo de vida, considerado típico do local não foi respeitado em função dos objetivos externos, pela expectativa de desenvolvimento que não coaduna com a realidade amazônica, e, por isso, apesar do início da obra, segundo a entrevistada, a resistência e a luta continuaria, uma vez que o movimento Xingu Vivo, considera que o desenvolvimento regional não depende dessa obra, pelo contrário acredita na possibilidade de manutenção da realidade local como alternativa para região.



Essa visão de que o desenvolvimento deve ser pautado pela possibilidade de a população desfrutar do que produz, a valorização do ser humano, ficou evidenciado também na entrevista realizada com a liderança local do MAB. No entanto, a perspectiva de atuação e de intervenção junto à sociedade impactada se faz de maneira distinta a registrada na ação do movimento Xingu Vivo.

Apesar do MAB, ter seu caráter nacional, segundo a liderança entrevistada, Senhor 37 anos, suas ações buscam compreender as necessidades diretas do povo atingido, primando pelo processo formativo e organizacional no enfrentamento a lógica do capital.

Nós respeitamos as características do local, tentamos não interferir, inclusive, nas ações de outras instituições, mas achamos que o povo precisa entender que se trata não só de um projeto, um empreendimento, mas sim de uma lógica maior que é a lógica do capital. Pautamos nossas ações na luta de classe (Liderança do MAB, ago. 2012).

O MAB está instalado em Altamira desde 2009, a chegada de membros do movimento na cidade em setembro do referido ano teve o objetivo de se aproximar da realidade do local, entender como as instituições, organizações, que já estavam atuando contra Belo Monte. Neste sentido, o movimento buscou parceria, sobretudo com a igreja e o movimento Xingu Vivo.

De acordo com a liderança do MAB, as parcerias inicialmente funcionaram, mas, com o tempo, a forma de ver e pensar o empreendimento gerou ruídos na comunicação entre as organizações, e as instituições procuraram atuar específica e individualmente.

Nós temos uma história de luta contra grandes projetos em outras regiões, por isso fazemos uma leitura mais geral do processo e tentamos mostrar que não basta lutar a partir das condicionantes, temos que nos pautar em formar a consciência de que esse, e outros projetos, são ações do grande capital, e que precisar ser esclarecido que a luta é contra ele (Liderança do MAB, ago. 2012).

A compreensão que se tem na fala do entrevistado é que o MAB, apesar de resistir e lutar no local não deixa de destacar que se tem no país um modelo energético e um modelo de uso dos recursos naturais pautados na lógica do grande capital, que se integra a política de internacionalização do país, na busca exacerbada do governo federal em se estabilizar nas relações do mercado mundial.

De acordo com a liderança do MAB, a preocupação do movimento é possibilitar a autonomia às categorias atingidas, por isso focam suas ações em reuniões, formações e orientações de como as pessoas podem se organizar e lutar pelos seus direitos. Para tanto, trazem para o local as experiências que o movimento acompanha em outras regiões que sofreram o barramento de rios. A liderança afirma que a estratégia do movimento pauta-se no tripé “formação, organização e luta”.

Ao perguntar sobre o que se entende por desenvolvimento e como se descreve Belo Monte, a liderança foi incisiva ao responder:

Nós que compreendemos a sociedade a partir da leitura da luta de classes, compreendemos que o verdadeiro desenvolvimento é aquele que, de fato, coloca a produção do trabalho do trabalhador à disposição da classe trabalhadora, ou seja,

a mais-valia daquilo que o trabalhador produz a serviço da sociedade, ou seja, a produção tem que ser social, e não apenas o trabalho. Então, eu diria que o desenvolvimento é, de uma forma mais geral pra nós, aquela sociedade ou modelo de sociedade em que a gente possa de fato usufruir daquilo que nós produzimos, que seria, em alguns aspectos, colocar o ser humano como centro disso, a partir de seu trabalho concreto (Liderança do MAB, Senhor, 37 anos).

De acordo com os argumentos da liderança, tem-se que o desenvolvimento está ligado à possibilidade de a população desfrutar do que produz, destacando, que há necessidade de socialização não apenas do trabalho, mas também da produção. E, principalmente, que uma ressignificação do desenvolvimento deve existir de fato junto a valorização do ser humano a partir de seu trabalho.

Sobre Belo Monte, a resposta foi, “Belo Monte é um processo do grande capital, é um projeto que tem o discurso do desenvolvimento, mas é um projeto que visa essencialmente atender a demanda de energia das grandes empresas capitalistas, tanto nacionais quanto internacionais” (Liderança do MAB, agosto de 2012).

Notadamente, as lideranças dos dois movimentos, apresentam a leitura, ou melhor, a vivência de que o movimento do capital ignora o espaço e formação econômica e social das comunidades locais e procura refuncionalizar o território em função da expansão e acumulação capitalista. Caracterizando por meio da apropriação dos recursos naturais e da espoliação dos sujeitos locais, o processo de desterritorialização.

Outra interpretação detectada durante as entrevistas, diz respeito a parceria estabelecida entre o Capital e o Estado. De modo que as duas organizações de resistência consideram que a expansão capitalista no território amazônico é subsidiada pelo Estado, que assume responsabilidade de financiador, enquanto os empreendedores executam os projetos que aprofundam os problemas da desigualdade social e má distribuição de renda entre os sujeitos do território.

## Considerações finais

Historicamente, na Amazônia, são implementados grandes projetos a fim de responder às demandas do capital nacional, isso se faz considerando a região um vasto vazio demográfico e sucumbindo as relações socioespaciais existentes. Nesse sentido, verificou-se que o empreendimento de Belo Monte tem transformado o modo de vida das famílias ribeirinhas do Xingu, promovendo o que se define como desterritorialização. Nestas reflexões, é importante frisar o declínio de ideais básicas que emolduram um sistema democrático, como respeito ao próximo e à história de vida das populações que defendem o lugar como parte de sua vida. Não obstante, buscou-se demonstrar que, na maior parte das vezes, a realidade em transformação desvaloriza a as territorialidades do lugar.

Por fim, evidenciou-se que não há uma coesão entre os movimentos sociais que resistem ao empreendimento, o que caracteriza fragilidade no processo de enfrentamento e permite ao empreendedor ocupar os espaços com estratégias distintas e em momentos que promovam sua territorialização. Além disso, constatou-se que o empreendedor se sobrepôs aos movimentos, neutralizando em certa medida as conquistas dos movimentos, permitindo a continuidade

do empreendimento e o aprofundamento dos problemas sociais vividos pelas famílias. Apesar disso, é extremamente necessário destacar que os movimentos sociais, com suas distintas estratégias, não se curvaram ao empreendedor, tampouco às ações governamentais e ainda se colocam fortes e capazes de mudar o rumo do empreendimento. Tanto é assim que recentemente repensaram suas ações e estabeleceram uma frente de oposição ao empreendimento, que congrega organizações indígenas e não indígenas, nacionais e internacionais, para qualificar e respaldar o enfrentamento à Belo Monte em diferentes escalas.

## Referências

- ARANHA-SILVA, E. As usinas hidrelétricas e a (des)territorialidade no Brasil. In: PEREIRA, S. R.; COSTA, B. P.; SOUZA, E. B. C. (Org.). **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 197-215.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- EGLER, C. A. G. **Uma nova potência regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
- FERREIRA, I. A.; MACIEL, M. N. Um olhar sobre a Amazônia: história oral e debate de políticas desenvolvimentistas. **Oralidades**, v. 6, n. 11, p. 155-179, jan./jul. 2012.
- FIORUCCI, R. História oral, memória, história. **História em Reflexão**, v. 4, n. 8, p. 1-17, 2010.
- HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **Geographia**, Campinas, v. IX, n. 17, p. 19-46, 2007.
- HALBWACHS, M. **Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HERRERA, J. A.; MIRANDA NETO, J. Q.; MOREIRA, R. P. Integração e estruturação do território Amazônico como consequência da expansão capitalista no Brasil. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 31, n. 2, p. 19-36, 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/18880>>. Acesso em: 03 out. 2016.
- HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiental. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. II, n. 3, p. 77-85, jul./dez. 1997.
- LOUREIRO, V. R. **A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento**. São Paulo: Empório do Livro, 2009.
- MAGALHÃES, S. B. **Lamento e dor: uma análise socioantropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens**. Belém: UFPA, 2007.

- MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- MARX, K. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Livro. 1.
- MOREIRA, R. P.; HERRERA, J. A. A expansão do capital por grandes projetos: desafios ao ordenamento do território no município de Altamira-Pará. **Revista GeoNorte**, Manaus, v. 7, n. 1, p. 1315-1330, 2013.
- PICOLI, F. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2012.
- ROSA, L. P.; SIGAUD, L.; MIELNIK, O. **Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares**. São Paulo: AIE/COPPE; Marco Zero, 1988.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2005.
- \_\_\_\_\_. O papel ativo da geografia um manifesto. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 12., 2000, Florianópolis, **Anais...** Florianópolis, 2000. p. 103-109.
- SIGAUD, L. Implicações sociais da política do setor elétrico. In: SANTOS, L. A. O.; ANDRANDE, L. M. M. **As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas**. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988. p. 103-110. Disponível em: <<http://www.cpis.org.br/pdf/As-Hidreletricas-do-xingu-e-os-povos-indigenas.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.
- SILVA, C. A. F. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, M. et al. (Org.). **Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 282-314.
- ZUMTHOR, P. **Tradição e esquecimento**. Trad. Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Hucitec, 1997.